

MINUTA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO III - Contrato de prestação de serviços de vigilância armada, ostensiva, preventiva e contínua, decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/2022, que entre si celebram a União, representada neste ato pelo Tribunal Regional Eleitoral/MS, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Pelo presente instrumento a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n. xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente termo de contrato, vinculado ao Processo Administrativo SEI 0004704-07.2022.6.12.8000 - Pregão Eletrônico nº xx/2022, regendo-se pela legislação vigente e, principalmente, pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução n. 23.702/2022-TSE, de 9 de junho de 2022, da Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **prestação de serviço continuado de Vigilância Armada**, com o fornecimento de mão-de-obra, equipamentos, EPI e ferramentais necessários à execução dos serviços, a ser executado nas dependências de prédios pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de MS, no município de Campo Grande/MS

1.2. A qualificação mínima dos prestadores de serviços está indicada no **CAPÍTULO IV – OBJETO / QUALIFICAÇÃO MÍNIMA** do Termo de Referência.

1.3. Os serviços serão executados nas dependências dos imóveis da Justiça Eleitoral indicados abaixo:

| | LOCAL PREVISTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | ENDEREÇO |
|---|---|--|
| 1 | Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul | Rua Des. Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS |
| 2 | Fórum Eleitoral de Campo Grande | Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Jardim Veraneio – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS |

| | | |
|---|----------------------------------|---|
| 3 | Depósito de Urnas e Almoxarifado | R. Delegado José Alfredo Hardman Vianna, 184 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS |
|---|----------------------------------|---|

1.4. Durante a vigência contratual poderá haver alteração do endereço do local de prestação de serviços dentro da mesma municipalidade, sem que isso implique em revisão de preços por parte da contratada, salvo se esta comprovar que a mudança resulta em alteração de seus custos.

1.5. Poderá ocorrer o deslocamento de postos de trabalho entre imóveis nesta Capital, de modo a atender a necessidade eventual dos serviços.

1.6. Excepcionalmente, os serviços poderão ser prestados em instalações utilizadas em caráter transitório pelo contratante para o desempenho de suas atividades.

1.6.1. Nestes locais os serviços serão executados com o deslocamento de postos de trabalho alocados nos imóveis indicados no quadro no item 1.3., conforme a necessidade do contratante, mediante prévia comunicação da fiscalização à contratada.

1.7. Para dar cumprimento aos serviços especificados, a contratada deverá colocar à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul mão de obra conforme tabela abaixo:

| GRUPO 01 | | | | |
|--------------|--|---|-----------------------------|---|
| Item (POSTO) | Local de prestação dos serviços | Período | Qtde. de postos de trabalho | Jornada de trabalho semanal |
| 01 | Prédio-sede | 24 meses | 01 | 24h (todos os dias, inclusive finais de semana e feriados) |
| 02 | Prédio-sede | 24 meses | 01 | 08h diárias (de 2ª a 6ª-feira (excluindo feriados nacionais, estaduais e municipais) – vide cláusulas 2.b.1 e 2.b.2 |
| 03 | Fórum Eleitoral | 24 meses | 01 | 24h (todos os dias, inclusive finais de semana e feriados) |
| 04 | Depósito de Urnas e Almoxarifado | 24 meses | 01 | 24h (todos os dias, inclusive finais de semana e feriados) |
| 05 | Prédio-sede (ou) Fórum Eleitoral (ou) Prédio-Anexo | Máximo de 120 (cento e vinte) dias (por ano). <i>*Somente será disponibilizado nos anos eleitorais, para atendimento de necessidades especiais relacionadas às Eleições.</i> | 01 ¹ | 12h (todos os dias, inclusive finais de semana e feriados) |

Nota:

¹ - para fins de formalização da contratação prevê-se a utilização de 1 (um) posto pelo prazo de até 120 dias ao ano; todavia, a efetiva utilização poderá se dar em período contínuo ou fracionado, de acordo com a necessidade do TRE/MS, bem como, poderão ser requisitados 2 ou mais postos simultâneos, desde que respeitado o máximo de dias de prestação de serviços previsto - salvo, eventual aditivo contratual -, por exemplo: 2 postos simultâneos pelo prazo de 60 dias.

1.8. Os serviços serão prestados em estrita obediência a este Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

c) Anexo V e subanexos – Planilha de custos e formação de preços e a Proposta escrita da Contratada, no que não conflitar com as disposições deste Contrato e Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução dos objetos será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, sendo pagos valores mensais correspondente à prestação regular dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços de vigilância armada, objeto desta contratação, compreendem as atividades relacionadas abaixo, dentre outras descritas no rol de atividades constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (disponível em <http://www.mtecbo.gov.br>) - código 5173-30 (vigilante), e não atribuídas às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos e salários do órgão, e serão executados pela Contratada obedecendo ao disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações, ou em norma que vier a suceder; na Resolução 23.234/2010-TSE e suas alterações, e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3.2. A prestação dos serviços ocorrerá nos seguintes períodos:

3.2.1. Para os Postos 01, 03 e 04, as jornadas dos postos serão de 24h, todos os dias (7 dias da semana), inclusive finais de semana e feriados;

3.2.2. Para o Posto 02: a jornada será de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira, sem interrupção/intervalo intrajornada (exemplo: das 11h às 19h), devendo a empresa prever os eventuais custos adicionais decorrentes;

3.2.3. Havendo a dispensa, considerar-se-á a jornada do dia como efetivamente cumprida, não implicando a compensação de horários, tampouco o desconto de valores do pagamento à contratada.

3.2.4. A ocorrência de feriados exclusivos do Poder Judiciário ou ponto facultativo compreendido em dias úteis, não implicará, necessariamente, interrupção dos serviços, reservando-se à Administração o direito de dispensar os serviços, de acordo com a conveniência e a necessidade do serviço.

3.2.5. O serviço referente ao Posto 02 não será prestado nos dias de feriados municipais, estaduais e federais, com exceção do período de julho a novembro dos anos em que houver eleições, referendo ou plebiscito, quando então o posto deverá ser mantido mesmo nos feriados que recaiam em dias de segunda à sexta-feira;

3.2.6. A jornada diária do posto será cumprida em horário a ser definido pela fiscalização, em virtude da necessidade do Tribunal, e poderá ocorrer no intervalo entre 7h00min e as 20h00min, intervalo esse que será considerado como expediente do Tribunal para fins desta contratação;

3.2.7. Para o Posto 5, a jornada será de 12h, todos os dias (7 dias da semana), inclusive finais de semana e feriados, de acordo com o horário previsto para funcionamento do atendimento ao público.

3.2.8. A data exata da prestação de serviços do **Posto 5** será devidamente agendada e notificada pela fiscalização à contratada em, no mínimo, 15 (dez) dias anteriores ao início dos serviços, considerando que os períodos para a realização dos serviços sofrem modificação a cada pleito eleitoral.

3.2.9. O **Posto 5** somente será disponibilizado nos anos eleitorais, para atendimento de necessidades especiais relacionadas às Eleições, de acordo com a necessidade do TRE/MS, tais como: fechamento do cadastro eleitoral, dias que antecedem o pleito e dias do pleito (1º e 2º turnos), perfazendo um total máximo de 120 (cento e vinte) dias;

3.2.10. A quantidade de vigilantes para cada posto de trabalho será definida pela contratada.

3.2.11. A contratada deverá disponibilizar número suficiente de vigilantes para atender os postos, nos períodos indicados na cláusula 1.7., conforme estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho e Legislação Trabalhista, vigente na data de abertura da sessão pública, bem como pagamento de toda e qualquer obrigação trabalhista incidente sobre os serviços.

3.2.12. A contratada deverá efetuar a reposição do vigilante no posto, em caráter imediato, nos casos de eventual ausência, devendo ser evitada a prorrogação, salvo situações excepcionais autorizadas por lei ou convenção coletiva de trabalho.

3.2.13. No caso dos **Postos 2 e 5**, o horário efetivo de prestação de serviços de cada posto alocado na presente contratação será estabelecido pela Fiscalização dos serviços e informado à contratada, reservando-se ao Tribunal o direito de alterá-lo de acordo com suas necessidades.

3.2.14. A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuídos aos profissionais dispostos nos postos de trabalho, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido

sempre o quantitativo determinado na cláusula 1.7.

3.2.15. Os serviços de vigilância armada, objeto desta contratação, compreendem as atividades a seguir relacionadas, de acordo com as especificações e frequências indicadas abaixo:

- a) Manter postura compatível com o exercício de suas atribuições.
- b) Zelar pela apresentação pessoal;
- c) Assumir o posto de serviço, devidamente uniformizado, com apresentação adequada, observando a pontualidade;
- d) Obedecer às normas internas do Tribunal, em especial, as orientações emanadas da fiscalização/unidade responsável quanto aos procedimentos a serem observados para a execução dos serviços;
- e) Controlar e zelar pelo quadro de chaves das instalações;
- f) Auxiliar/Orientar, quando houver necessidade, a movimentação de usuários nas instalações do Tribunal, principalmente no caso de pessoas com mobilidade reduzida;
- g) Auxiliar a organização de filas e/ou a acomodação de usuários, quando houver necessidade, de modo a manter a preservar a ordem e a segurança;
- h) Notificar a fiscalização/unidade responsável, através de Relatórios de Ocorrência, a existência de lâmpadas queimadas, luzes acesas, equipamentos ligados ou danificados, portas e janelas abertas, vazamentos de água ou gás e princípios de incêndio, bem como quaisquer outros fatos relacionados, verificando as condições de segurança;
- i) Registrar, em formulário próprio, os telefonemas executados durante a execução dos serviços;
- j) Atender chamadas telefônicas, anotando recados e transmitindo-os ao destinatário;
- k) Encaminhar para o setor competente a correspondência recebida em horário diverso do de expediente do Tribunal, quando houver;
- l) Permanecer nos postos, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente, para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- m) Controlar os acessos às instalações, promovendo a abertura ou fechamento desses acessos a fim de proteger pessoas e o patrimônio do Tribunal, especialmente quando presentes situações de risco;
- n) Abrir e fechar acessos (portas ou portões) às instalações, quando sob sua responsabilidade, nos horários pré-estabelecidos;
- o) Efetuar a ronda interna diária, vigiar a entrada e a saída de pessoas, bens e veículos, visando a evitar furtos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança, bem como verificar todas as dependências durante o turno da noite, em conformidade com as orientações do Tribunal;
- p) Adotar os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e a manutenção da tranquilidade;
- q) Repassar todas as informações relevantes e orientações recebidas, em vigor, para os vigilantes que estiverem assumindo os postos nas trocas de turno, bem como eventual anomalia observada nas instalações;
- r) Redigir ocorrências, em formulário próprio, das anormalidades ocorridas no local;
- s) Comunicar imediatamente à fiscalização/unidade responsável qualquer anormalidade verificada e todo acontecimento entendido como irregular, que atentem contra pessoas e/ou patrimônio do Tribunal, para que se adotem as providências de regularização necessárias;
- t) Zelar pela ordem, segurança e organização no seu local de trabalho;
- u) Controlar a entrada e saída das instalações do Tribunal de veículos de passeio ou carga, motorizados ou não, principalmente em horário diverso do de expediente de trabalho.
- v) Controlar a entrada e saída de equipamentos/materiais das instalações do Tribunal, principalmente em horário diverso do de expediente de trabalho, mantendo contato com a fiscalização/unidade responsável em caso de dúvidas;
- w) Colaborar com a Polícia Federal, Civil e Militar nas ocorrências de competência destes órgãos, dentro das instalações, prestando informações que possibilitem a elucidação dos fatos e a eventual punição aos infratores, se for o caso;
- x) **Estar apto a operar equipamentos de proteção contra incêndio, em caso de necessidade, e zelar para que os acessos a esses equipamentos estejam desimpedidos;**

y) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações dos postos, adotando medidas de segurança de praxe, em conformidade com as técnicas da profissão e, também, com as orientações emanadas pelo Tribunal.

z) Tomar as medidas necessárias para evitar danos a pessoas e ao patrimônio, baseando-se nas circunstâncias observadas, e valendo-se da autoridade outorgada pela função;

a.a) Proibir a utilização das instalações para guarda de objetos estranhos ao local, incluindo os bens de servidores, empregados ou de terceiros, bem como panfletos ou qualquer material de propaganda, sem autorização prévia;

b.b) Escortar e proteger as autoridades, quando requisitado e dentro das instalações do Tribunal;

c.c) Proibir a aglomeração de pessoas nas portarias, comunicando o fato à fiscalização/unidade responsável do Tribunal e, se entender necessário, ao preposto da empresa prestadora do serviço;

d.d) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial que implique ou ofereça risco à segurança e às instalações, comunicando imediatamente o fato à fiscalização/unidade responsável do Tribunal, para providências pertinentes;

e.e) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, salvo quando expressamente autorizado;

f.f) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas em horário diverso do horário de expediente do Tribunal, fazendo o registro e anotando situações fora da normalidade;

g.g) Auxiliar os servidores do Tribunal, mantendo a uniformidade de procedimentos, em todos os assuntos pertinentes aos acessos e permanência de pessoas, o trânsito de materiais, equipamentos e veículos;

h.h) Encaminhar à recepção principal qualquer pessoa que manifestar o interesse de ingressar no prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, Fórum Eleitoral de Campo Grande ou nas dependências do prédio do Depósito de Urnas e Materiais do TRE/MS (Prédio Anexo);

i.i) Permitir a entrada de crianças desde que acompanhadas pelos responsáveis, devidamente autorizados, dispensadas da necessidade de identificação;

j.j) Permitir, sem abordagem, o ingresso de pessoas que estejam portando o crachá;

k.k) Vigiar, fiscalizar, controlar, recepcionar, identificar, averiguar pretensões, prestar informações, orientar e encaminhar o público interno e externo;

3.2.16. As atividades descritas acima deverão ser executadas de modo a atender à rotina estabelecida pelo Contratante, conforme orientações expedidas pela fiscalização do contrato e, complementarmente, a rotina estabelecida pela empresa contratada e/ou pelas normas técnicas da profissão

3.2.17. Além das atribuições específicas do serviço contratado, os profissionais alocados pela contratada nos postos de trabalho objeto desta contratação deverão cumprir as normas gerais de conduta fixadas pelo Tribunal, em especial:

a) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela Fiscalização;

b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá e uniformizado(a);

c) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do Tribunal;

d) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;

e) Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

f) Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;

g) Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;

h) Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;

i) Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

j) Manter atualizada a documentação utilizada no posto;

k) Buscar orientação junto à Fiscalização, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;

- l) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- m) Levar ao conhecimento da Fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- n) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à Fiscalização, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- o) Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados à Fiscalização;
- p) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias da prestação dos serviços;
- q) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do Tribunal;
- r) Tratar a todos com urbanidade;
- s) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;
- t) Não participar, no âmbito do CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

4.1. A contratada, além de disponibilizar a mão de obra, deverá fornecer para o contratante os materiais, utensílios e equipamentos suficientes e necessários para a perfeita execução dos serviços de vigilância.

4.2. Os materiais, utensílios e equipamentos a serem fornecidos pela contratada serão inseridos em um único grupo, denominado MATERIAIS/EQUIPAMENTOS, tendo em vista as seguintes definições:

4.2.1. materiais: designação genérica atribuída aos materiais que, regra geral, são aplicados na execução dos serviços e sofrem perda de suas propriedades, isto é, não são passíveis de reutilização, ou tenham vida útil limitada, e, por isso, devam ser repostos frequentemente pela contratada;

4.2.2. equipamentos: designação genérica atribuída aos equipamentos que a contratada empregará na execução dos serviços, bem como aos utensílios e materiais de consumo duráveis, entendidos estes como aqueles que apresentam vida útil mais prolongada, sofrendo desgaste pelo uso no curso do tempo.

4.3. As listagens dos materiais/equipamentos que a contratada deverá fornecer constam das cláusulas abaixo, e correspondem ao conjunto mínimo de itens tidos como necessários à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação.

4.4. O custo de fornecimento dos materiais/equipamentos – sejam itens previstos neste contrato, sejam itens complementares (vide cláusula 4.6 abaixo), deverá ser apurado pela empresa e registrado na rubrica "Equipamentos" da planilha de custos e formação de preços.

4.5. O fornecimento dos materiais/equipamentos observará as seguintes condições:

4.5.1. os materiais/equipamentos deverão ser de boa qualidade e durabilidade, e atender aos requisitos especificados;

4.5.2. todos os materiais/equipamentos fornecidos deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE, observando-se o que segue:

- a) todos os materiais/equipamentos previstos a serem fornecidos pela contratada deverão ser entregues no Tribunal até 7 (sete) dias antes da data prevista para o início da prestação dos serviços;
- b) a Fiscalização fará a verificação dos materiais/equipamentos fornecidos, de modo a atestar o atendimento das condições estabelecidas neste contrato;
- c) no caso da Fiscalização não aprovar os materiais/equipamentos, os mesmos deverão ser substituídos, num prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem nenhum ônus para o Contratante, sob pena de aplicação de penalidades previstas no Contrato;
- d) esse procedimento deverá ser observado todas as vezes em que haja a reposição ou inclusão de novo materiais/equipamento;

4.5.3. Os materiais/equipamentos deverão permanecer disponíveis no local da execução dos serviços, ou em outro local designado pela Fiscalização, durante toda a vigência contratual;

4.5.4. O contratante viabilizará local adequado para a guarda dos materiais/equipamentos fornecidos pela contratada;

4.5.5. A Fiscalização realizará, periodicamente, a conferência e o registro dos materiais/equipamentos e suas respectivas quantidades tornados disponíveis pela contratada, de modo a viabilizar o futuro atesto da nota fiscal;

4.5.6. A ausência de fornecimento de material/equipamento, ou o fornecimento de quantitativo inferior ao previsto, implicará o desconto do respectivo valor do pagamento devido à contratada no mês de referência, sem prejuízo do previsto no Instrumento de Medição de Resultado e das sanções estabelecidas neste Termo de Referência e/ou no Contrato;

4.6. A relação básica de materiais/equipamentos a serem fornecidos consta da relação abaixo e corresponde ao conjunto mínimo de materiais/equipamentos considerados necessários à prestação dos serviços:

4.6.1. Revólver calibre 38;

4.6.2. Cinto de coldre e baleiro;

4.6.3. Munição calibre 38;

4.6.4. Distintivo com broche;

4.6.5. Livro de ocorrências;

4.6.6. Apito com cordão;

4.6.7. Lanterna e pilhas;

4.6.8. Rádio de comunicação que seja eficiente na comunicação entre os prédios;

4.6.9. Colete a prova de balas (os coletes devem ser disponibilizados para todos, evitando compartilhamento);

4.6.10. Crachá de identificação (com identificação da empresa e do funcionário - contendo nome e foto).

4.7. Os equipamentos listados acima serão fornecidos pela contratada para uso pelos vigilantes nos locais de prestação de serviços durante a vigência contratual, sendo ao final do contrato recolhidos pela empresa, na forma do disposto na cláusula 4.11.

4.8. Os materiais e equipamentos a serem fornecidos pela contratada aos seus empregados visam à efetividade na prestação do serviço e devem ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, devendo ser substituídos sempre que apresentarem defeito, desgaste acentuado ou data de validade expirada.

4.9. A munição oferecida deve ser de procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munição recarregada.

4.10. A empresa deverá apresentar trimestralmente relatório e/ou documento similar de controle de manutenção preventiva das armas utilizadas nos postos de vigilância do presente contrato.

4.11. Encerrada a vigência contratual, a contratada deverá retirar das instalações do contratante os equipamentos de sua propriedade no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do fim da vigência do contrato.

4.11.1. Caso a contratada não efetue a retirada de seus equipamentos no prazo assinalado, considerar-se-á como se tais itens tivessem sido abandonados, isto é, a contratada abdicado de sua propriedade, ficando o ribunal autorizado a lhes dar a destinação que entender adequada (descarte, doação, reutilização, etc.).

4.12. No caso de algum equipamento de propriedade do contratante ser colocado à disposição da contratada, tal disponibilização deverá ser realizada mediante “Termo de Responsabilidade”, com assunção de integral responsabilidade pela guarda e conservação do mesmo, a partir da assinatura do contrato.

4.12.1. Ao término do contrato, o contratante, por intermédio da Fiscalização, fará a conferência desses equipamentos, juntamente com a contratada, de modo a atestar a devolução em boas condições de uso e em quantitativos correspondentes aos colocados à disposição, para baixa de responsabilidade.

4.12.2. Em caso de dano e/ou perda de equipamento de propriedade do contratante, sob responsabilidade da contratada, ficará esta obrigada à reposição do bem ou ao ressarcimento do respectivo valor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS UNIFORMES

5.1. A contratada deverá fornecer uniformes completos aos seus funcionários, de modo que todos executem suas atividades devidamente trajados.

5.2. Os uniformes deverão conter a identificação da empresa (nome e/ou logomarca) em local visível, pelo

menos nas peças que compõem a parte superior do vestuário (impresso, bordado ou por meio de uso de broche ou similar).

5.3. Os uniformes deverão ser confortáveis, de modo a oferecer mobilidade ao usuário, com bom acabamento, feitos com materiais de boa qualidade, duráveis, para não desbotarem ou rasgarem, proporcionando ajuste adequado ao corpo do usuário, bem como não serem transparentes.

5.4. A contratada deverá apresentar ao fiscal amostras dos itens de uniforme que pretende oferecer aos seus prestadores de serviços, de modo que o fiscal possa verificar o atendimento às condições fixadas neste contrato.

5.5. O fiscal poderá recusar item de uniforme considerado em desacordo com o aqui estabelecido, ficando a contratada obrigada à substituição, dentro dos prazos já assinalados para o fornecimento.

5.6. A contratada deverá fornecer, no mínimo, os seguintes itens de uniformes aos seus prestadores de serviços alocados nos postos de trabalho de vigilante:

| ITEM DE UNIFORME / EPI | QUANTIDADE POR POSTO DE TRABALHO | FREQUÊNCIA PREVISTA DE REPOSIÇÃO |
|--|----------------------------------|----------------------------------|
| Calça modelo social cor discreta (azul marinho, preta, grafite, etc.) | 4 (quatro) unidades | 12 (doze) meses |
| Camisa de mangas longa ou curta, cor discreta (creme, branca, azul clara, etc.) | 6 (seis) unidades | 12 (doze) meses |
| Coturno | 2 (duas) unidades | 12 (doze) meses |
| Cinto de nylon/couro | 2 (duas) unidade | 12 (doze) meses |
| Quepe/boné com emblema de identificação da empresa | 2 (duas) unidades | 12 (doze) meses |
| Jaqueta de frio/Japona, cor discreta (azul marinho, preta, grafite, etc.) mesma cor da calça | 1 (uma) unidade | 12 (doze) meses |
| Capa de chuva | 1 (uma) unidade | 12 (doze) meses |

5.7. Os itens de uniforme indicados compõem o conjunto mínimo exigido, facultando-se à empresa o fornecimento de itens complementares, em conformidade com o padrão adotado pela empresa.

5.8. Os itens de uniforme complementares que a empresa pretenda fornecer aos seus prestadores de serviços deverão ser apresentados ao TRE/MS para análise e aprovação.

5.9. O conjunto de uniforme a ser fornecido pela contratada aos seus empregados visa à efetividade na prestação dos serviços e deve ser condizente com a atividade a ser desempenhada, devendo contemplar peças para todas as condições climáticas do ano, e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

5.10. No caso das camisas, a empresa contratada poderá comutar as quantidades entre as de mangas curtas e compridas, de acordo com o padrão que adote.

5.11. Além dos itens de uniforme exigidos pelo contratante para cada posto de trabalho e dos itens de uniforme complementares que a contratada venha a oferecer aos seus prestadores de serviços, a contratada deverá fornecer o(s) equipamento(s) de proteção individual, exigido(s) na legislação aplicável ou que a empresa entenda necessário(s), pertinente(s) a cada posto de trabalho da presente contratação.

5.12. Caberá à empresa contratada a quantificação dos itens de uniformes a serem fornecidos, de acordo com o número de postos de trabalho e de vigilantes a serem alocados nos postos, devendo ser fornecidos quantitativos suficientes para que os prestadores de serviços apresentem-se ao trabalho sempre uniformizados.

5.13. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue aos prestadores de serviços alocados nos postos de trabalho previstos na presente contratação em até 10 (dez) dias úteis, contados do início da prestação dos serviços.

5.14. O atraso na entrega de uniforme ensejará à contratada a aplicação de sanções previstas no IMR e/ou no contrato

5.15. Até a entrega dos uniformes pela contratada, os seus prestadores de serviços alocados nos postos de trabalho deverão ser orientados a adotar padrão de vestuário similar ao conjunto de uniforme indicado,

observando-se as demais condições do código de vestuário fixado pelo contratante.

5.16. A contratada deverá entregar os uniformes aos seus prestadores de serviço na presença do fiscal, assim como sua substituição em caso de avarias/danos ou quando atingido o termo para sua troca.

5.17. Para fins desta contratação se estabelecerá periodicidade de 12 meses para a troca/reposição de itens de uniforme, todavia, é obrigação da empresa contratada efetuar a troca ou reposição sempre que se verificar necessário, isto é, quando ocorrerem quaisquer dos eventos previstos neste Capítulo (desgaste acentuado, rasgo, etc.) ou quando o item de uniforme deixar de atender às condições aqui fixadas.

5.18. Não será admitido o uso de uniforme com desgaste acentuado, rasgado, manchado, furado, encardido, etc., ficando a Contratada obrigada a substituir o uniforme que apresente desgaste acentuado, avarias e ou danos.

5.19. Além do uniforme, os prestadores de serviços deverão portar, continuamente e em local visível, crachá de identificação, fornecido pela contratada, não sendo admitida a permanência nos postos de trabalho de funcionários sem o crachá.

5.20. O crachá deve conter, ao menos, a identificação da empresa contratada, o nome e a foto do prestador de serviços.

5.21. O custo de fornecimento dos uniformes – sejam itens exigidos, sejam itens complementares, bem como dos EPI - deverá ser apurado pela empresa e registrados na rubrica "Uniformes" da planilha de custos e formação de preços.

5.22. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

5.23. A fisco lização poderá requerer a substituição de itens do uniforme, caso não atendam aos padrões indicados ou se verifique que sejam de baixa qualidade.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato.**

6.1.1. A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

- a) Caução em dinheiro;
- b) Títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia; e
- c) Fiança Bancária.

6.1.1.1.a) Havendo a opção pela modalidade de **caução em dinheiro**, o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

6.1.1.1.b) A garantia oferecida na modalidade de **caução em títulos da dívida pública**, somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.1.1.1.c) A garantia prestada na modalidade de **seguro-garantia** dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

6.1.1.1.d) A garantia oferecida através da modalidade de **fiança bancária** somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

- 1) Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.
- 2) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei 10.406 (Código Civil).

6.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato e deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima sétima.

6.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de

0,2% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

6.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

6.2.2.1. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 6.2.2., por quaisquer das modalidades previstas no subitem 6.1.1.

6.2.2.2. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

6.2.3. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima Nona.

6.2.4. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

6.3. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

6.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

6.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.4.2. A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

6.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato (comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada), caso não haja sido utilizada nos termos do item 6.7. desta Cláusula.

6.5.1. Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

6.6. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

6.7. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

6.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 6.7.

6.9. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será, paralelamente, notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

6.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.11. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as

verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507/2018, observada a legislação que rege a matéria.

6.12. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

6.13. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTA VINCULADA

7.1. Fica estabelecido que os valores previstos na planilha de custos e formação de preços, provisionados a título de pagamento de obrigações trabalhistas, serão retidos pelo Contratante e depositados em CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO e somente serão liberados para pagamento das verbas aos trabalhadores.

7.2. Os depósitos de que trata a cláusula 7.1., acima devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta no nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem deste Tribunal.

7.2.1. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

7.3. O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

- a) 13º salário;
- b) Férias;
- c) 1/3 constitucional;
- d) Multa do FGTS; e
- e) Valor correspondente à incidência do Submódulo 3.1 – Encargos previdenciários e FGTS sobre o 13º salário, férias e 1/3 constitucional.

7.4. Os valores das provisões indicadas nas alíneas ‘a’ a ‘e’ da cláusula 3 acima terão como parâmetros os percentuais indicados na tabela abaixo:

| PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS | | | | | | |
|---|------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Item | Risco Ambientais do Trabalho (RAT) | | | | | |
| GRUPO A | 1% | | 2% | | 3% | |
| TÍTULO | Máximo | Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo | Mínimo |
| 13º SALÁRIO | 8,93 | 8,33 | 8,93 | 8,33 | 8,93 | 8,33 |
| FÉRIAS | 8,93 | 8,33 | 8,93 | 8,33 | 8,93 | 8,33 |
| 1/3 CONSTITUCIONAL | 2,98 | 2,78 | 2,98 | 2,78 | 2,98 | 2,78 |
| SUBTOTAL | 20,84 | 19,44 | 20,84 | 19,44 | 20,84 | 19,44 |
| INCIDÊNCIA DO GRUPO A | 7,25 | 6,77 | 7,46 | 6,96 | 7,67 | 7,16 |
| MULTA FGTS | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 |

Nota:

As colunas previstas para as licitantes optantes pelo simples nacional foram suprimidas, pois a contratação será com cessão de mão de obra, sendo vedado o recolhimento pelo regime diferenciado.

7.5. A empresa licitante deverá observar os percentuais indicados na tabela acima para fins de elaboração de sua planilha de custos e formação de preços.

7.6. A conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será aberta em instituição bancária oficial, qual seja, Caixa Econômica Federal, **nos termos da minuta do Anexo VIII**, que determina os termos para a abertura e manutenção da conta corrente vinculada.

7.6.1. A conta bancária deverá obrigatoriamente ser aberta na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Agência 1310 - PAB TJ/MS, localizada no prédio do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (Av. Mato Grosso - Bloco 13 - Parque dos Poderes - 79031-902 - Campo Grande - MS), em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica especialmente firmado para essa finalidade, conforme Anexo VII.

7.7. Os valores referentes às rubricas mencionadas na cláusula 7.3. deste capítulo serão destacados do pagamento mensal à empresa contratada, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

7.8. A empresa contratada poderá solicitar autorização deste Tribunal para:

7.8.1. resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na cláusula 7.3. deste capítulo, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e

7.8.2. movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na cláusula 7.3 deste capítulo.

7.8.3. Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto na subcláusula 7.8.1., a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente deste tribunal (Seção de Análise Contábil) os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas na cláusula 7.3. deste capítulo.

7.8.4. O Tribunal, por meio de seus setores competentes (Seção de Análise Contábil), expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata a cláusula 7.8.1. encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.8.5. Na situação descrita na subcláusula 7.8.2., o Tribunal solicitará ao banco público oficial que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

7.9. A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

7.10. Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) na cláusula 7.8. houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

7.11. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.12. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Tribunal e a empresa vencedora do certame **será sucedida dos seguintes atos:**

a) solicitação pelo Tribunal ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, no nome da empresa, conforme modelo constante no termo de cooperação, devendo o banco público oficial ao Tribunal sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação;

b) assinatura, pela empresa contratada, no prazo de vinte dias, a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal, conforme modelo indicado

no termo de cooperação.

7.13. A empresa contratada deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo Tribunal, nos termos estabelecidos na cláusula 7.12. acima.

7.14. No caso de descumprimento do prazo indicado para assinatura dos documentos de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação a contratada ficará sujeita às penalidades previstas neste contrato.

7.15. Não haverá cobrança de tarifa bancária para a abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, podendo incidir cobrança de tarifa relativa a serviço bancário, conforme condições do Acordo de Cooperação firmado entre o Tribunal e a Instituição bancária e/ou plano de tarifas da instituição bancária vigente, sendo que as despesas decorrentes deverão suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da contratada.

7.16. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação- serão remunerados na forma e pelos índices aplicados à poupança para pessoas jurídicas.

7.17. No caso de descumprimento do prazo indicado para assinatura dos documentos de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES** deste Termo de Contrato.

7.18. As demais disposições estão previstas no **CAPÍTULO XV – CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO - PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS** do Termo de Referência.

7.19. Aplicam-se à conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação as disposições da Resolução CNJ 169.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência desta contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que os serviços tenham sido prestados de forma regular e satisfatória, haja interesse por parte da Administração do Tribunal, o contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração e a contratada, igualmente, manifeste interesse expresso.

8.2. A data prevista para o efetivo início da execução dos serviços é 22/02/2023.

8.2.1. Fica assegurado o prazo de até 10 (dez) dias úteis para implantação dos postos, contados do recebimento da autorização de início dos serviços, em conformidade com o prazo fixado na Cláusula 17.1.1. deste Termo de Contrato.

8.2.2. Os valores correspondentes a cada serviço contratado passarão a ser pagos à empresa contratada de acordo com o efetivo início da execução dos serviços.

8.3. Em termos gerais, os prazos relativos à execução de cada serviço são os indicados abaixo, ressalvados os que contiverem estipulação específica no Termo de Referência:

a) Prazo para apresentar a garantia na forma da **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA** (5% do valor total do contrato): 10 (dez) dias úteis, data da assinatura do contrato, sob pena de multa e rescisão contratual conforme previsão da alínea “b.1.” da **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES**.

b) Prazo para emissão de atesto pela Fiscalização, incluídos fechamento do controle de frequência e do Instrumento de Medição de Resultados – IMR: no prazo de até 3 (três) dias úteis posteriores ao encerramento do referido mês – isto é, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços – e comunicará à empresa contratada, via correio-eletrônico, o valor que será pago pela prestação dos serviços e que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura;

b.1) o prazo para atesto dos serviços não terá início ou ficará suspenso quando pendente providência de responsabilidade da empresa contratada, que inviabilize a realização das atribuições da Fiscalização, como, por exemplo, a apresentação das folhas de ponto dos prestadores de serviços para fins de fechamento do controle de frequência;

b.2) o prazo para atesto dos serviços ficará suspenso nas hipóteses previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**, item 15.4.;

c) Prazo para emissão de Nota Fiscal, bem como de documentos acessórios (necessários ao pagamento) e apresentação à Fiscalização: até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do valor dos serviços, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a

documentação complementar exigida;

d) Prazo de pagamento da Nota Fiscal: até 15 (quinze) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal à fiscalização, com observância das seguintes etapas:

d.1) A Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

d.2) Os responsáveis pela fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais procederão à análise dos documentos pertinentes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da Fiscalização, e, após, farão o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;

d.3) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

e) Prazo para assinatura e devolução de Termo Aditivo ou qualquer outro documento que seja considerado obrigatório: até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização do referido documento no Sistema Eletrônico de Informação (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

f) Prazo para fornecimento inicial dos uniformes pela contratada: em até 10 (dez) dias úteis, contados do início da prestação dos serviços.

f.1) Os demais conjuntos de uniformes a serem fornecidos durante a vigência da contratação, em decorrência de troca/reposição, deverão ser entregues até o primeiro dia útil do novo período, de acordo com a frequência de substituição indicada no Termo de Referência.

8.4. Os prazos indicados nesta cláusula poderão ser prorrogados, mediante solicitação pela contratada, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.4.1. Na solicitação deverão constar motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado e o novo prazo previsto para a providência.

8.4.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

8.4.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito as penalidades previstas pela inexecução contratual.

CLÁUSULA NONA - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei nº 13.971, de 27/12/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2020/2023 e é compatível com a Lei nº 14.436, de 10/08/2022 (LDO 2023), com o Projeto de Lei nº 32/2022-CN (LOA 2023) e com o art. 16 da Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pela seguinte dotação orçamentária na ação **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0054**, conforme detalhamento:

| PTRES | AÇÃO | PLANO INTERNO | ND |
|--------|---------|---------------|------------|
| 167737 | JC GAJE | IEF VIGOST | 3390.39.77 |

9.2. O crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em referência, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão devidamente registrados nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO

10.1. O valor total do presente Contrato, para a execução de todos os serviços indicados no objeto contratual é de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme detalhamento abaixo:

| | CATEGORIA FUNCIONAL | LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | QUANTIDADE DE POSTOS | VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL MENSAL (R\$) | PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (MESES) | VALOR TOTAL GLOBAL (R\$) |
|--|---------------------|--------------------------------|----------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--------------------|-----------------------------------|---------------------------------|---|--|--|----|--|
| 1 | Vigilante 24 horas | Prédio Sede do TRE/MS | 1 | | | 24 | |
| 2 | Vigilante 08 horas | Prédio Sede do TRE/MS | 1 | | | 24 | |
| 3 | Vigilante 24 horas | Fórum Eleitoral de Campo Grande | 1 | | | 24 | |
| 4 | Vigilante 24 horas | Depósito de Urnas/ Almojarifado | 1 | | | 24 | |
| 5 | Vigilante (12 horas) - temporário | Fórum Eleitoral | 1 | | | 8 | |
| VALOR TOTAL | | | | | | | |

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO

11.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, salvo a repactuação de preços decorrentes de Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho – ACT da categoria, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da última CCT ou ACT.

11.1.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação da proposta de preços da contratada;

II - da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

11.1.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

11.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentos comprobatórios correspondentes.

11.2.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e neste contrato.

11.3 A solicitação de repactuação somente será deferida, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - as particularidades deste contrato;

III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e

V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

11.4. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado o prazo a partir da solicitação da contratada e da entrega comprovantes de variação dos custos.

11.5. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

11.6. O prazo referido no item 9.4 acima, ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.7. Na superveniência de prorrogação da vigência deste contrato, em que não seja ressalvada expressamente o direito a que se refere o item 9.2 acima, operará a preclusão do direito a repactuação.

11.8. A contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

11.9. O termo aditivo com o novo valor contratado decorrente da repactuação terá seus efeitos a partir da data-base do fato ensejador.

11.10. Não será objeto de repactuação a variação das alíquotas médias efetivamente recolhidas das contribuições de PIS e COFINS tributados pelo regime de incidência não-cumulativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. No caso de materiais, insumos ou diárias, não haverá reajustamento dos valores, durante o período de um ano a contar da data da apresentação da proposta, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 28 da Lei n. 9.069, de 29.06.1995, combinado com o § 1º do art. 3º e §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei n. 10.192, de 14.02.2001.

12.1.1. No caso de aumento dos custos em relações aos encargos referentes aos materiais, insumos ou diárias, se houver, após o transcurso de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, a contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, no período ou outro índice oficial que venho substituí-lo.

12.1.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

12.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços contratados poderão ser revistos, com vistas a manutenção do reequilíbrio econômico financeiro da avença, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.2. A revisão dos preços poderá ser iniciada:

I – pela contratante, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; ou

II - pela contratada, mediante solicitação à contratante, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos anterior estavam defasados e que estão ocasionando o desequilíbrio do contrato;
- b) cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

13.3. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

13.4. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada.

13.5. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada.

13.6. Enquanto não ocorrer à revisão dos preços, a prestação de serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOTA FISCAL

14.1. As disposições acerca da emissão de Nota Fiscal e pagamento estão previstas no **CAPÍTULO XII – DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

14.2. A nota fiscal relativa aos serviços deverá informar e descrever o seu objeto como "*prestação de serviços de vigilância armada*", não estando vinculada a posto de trabalho ou horas trabalhadas, e tendo por referência os resultados e valores advindos do IMR - Instrumento de Medição de Resultados.

14.3. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n. 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.o 1.244/12.

14.4. Para fins de emissão da nota fiscal deverá ser observado o seguinte procedimento:

14.4.1. A Fiscalização do contrato providenciará o atesto dos serviços efetivamente prestados, compreendendo, dentre outras atribuições, o fechamento do controle de frequência e do Instrumento de Medição de Resultados – IMR do mês de referência, no prazo de até 3 (três) dias úteis posteriores ao encerramento do referido mês – isto é, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços – e comunicará à empresa contratada, via correio-eletrônico, o valor que será pago pela prestação dos serviços e que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura;

14.4.2. A empresa contratada deverá providenciar a emissão da Nota Fiscal/Fatura e a sua apresentação à Fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do valor dos serviços, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação complementar exigida conforme cláusula 2 acima;

14.5. Considerando eventuais possíveis efeitos nocivos sobre a prestação dos serviços, decorrentes, por exemplo, de falta de recursos para cumprimento das obrigações contratuais, o atraso na entrega da nota fiscal/fatura de prestação dos serviços poderá ensejar a aplicação de sanção à empresa contratada, nos termos do fixado no IMR e/ou no contrato;

14.6. Caso haja dúvidas, a CONTRATADA, antes da emissão da nota, deverá entrar em contato com a Coordenadoria de Finanças do TRE/MS, através do telefone: (67) 2107-7219, solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

14.7. Caso a CONTRATADA não honre com encargos trabalhistas e previdenciários atinentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas a CONTRATADA, os valores referentes a salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

14.8. A CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quanto estes não forem honrados pela CONTRATADA.

14.9. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

14.10. Fica autorizada a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

15.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados e dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada das seguintes comprovações:

15.1.1. regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações:

- a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, na qual deve constar a seguinte redação: "*abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.*", que se referem aos débitos previdenciários (INSS), devidamente válida;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

15.1.2. pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, ou do

faturamento ou da prestação do serviço, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, quando se tratar de empregados da contratada e alocados nas dependências do Tribunal para execução do contrato;

15.1.3. cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração ou do mês do faturamento ou da prestação do serviço; e,

15.2. O pagamento dos serviços será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Termo de Referência, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal à fiscalização.

15.3. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

b) os responsáveis pela fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais procederão à análise dos documentos pertinentes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da Fiscalização, e, após, farão o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;

c) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

15.4. As notas fiscais **deverão, obrigatoriamente**, virem acompanhadas de toda a documentação especificada na **Cláusula 15.1 e/ou, sob pena de suspensão do prazo de pagamento, sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente**, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento, passando o prazo a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

15.4.1. O prazo de pagamento também será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

15.4.2. A não apresentação da documentação solicitada, nos prazos especificados ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia.

15.5.. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

15.5.1. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

15.5.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

15.6. Nos termos do disposto no inciso VIII do art. 17 da Resolução TSE nº 23.234/2010, a nota fiscal ou fatura não será paga, no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.7. A retenção ou glosa no pagamento à contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a contratada:

15.7.1. deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

15.7.2. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

15.8. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR anexo a este Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, dentre outros fatores previstos na Metodologia de Trabalho e Definição da Rotina de Execução.

15.8.1. Nenhum pagamento será efetivado com base exclusivamente em quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

15.8.2. Quando houver necessidade de pagamento proporcional (*pro rata*), os valores serão calculados considerando o mês comercial com 30 (trinta) dias.

15.9. À época da efetivação do pagamento, caso a garantia estiver vencida ou ainda não tiver sido apresentada, a contratada ficará passível de penalidade de RESCISÃO.

15.10. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TXI100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

15.11. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

16.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação pertinente, são obrigações do Contratante efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato, especialmente:

- a) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Termo de Referência e deste Termo de Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- c) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
- d) Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato;
- e) Disponibilizar ambiente para acomodação dos funcionários em serviço;
- f) Verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- h) Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- i) Proporcionar os meios e condições necessárias à segurança e à higiene dos empregados da Contratada, designados para a execução dos serviços;
- j) Anotar, no Livro de Ocorrências, providenciado pela Contratada, as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- k) Aplicar à Contratada penalidades por descumprimento do Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- l) Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- m) Autorizar a devolução da garantia à Contratada após o término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

17.1. A contratada responsabiliza-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, das normas

disciplinadas pela Administração, obrigando-se ao cumprimento dos seguintes requisitos:

17.1.1. Implantar, dentro de no máximo 10 (dez) dias, após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos postos de trabalho contratados e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pelo contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;

17.1.2. Fornecer uniformes em um só padrão e seus complementos aos funcionários alocados nos postos de trabalho previstos na presente contratação, de modo que todos executem suas atividades devidamente trajados. Os custos dos uniformes não poderão ser repassados aos seus funcionários. Os uniformes deverão ser repostos no prazo estabelecido no Capítulo XIV deste Termo de Referência, ou em prazo menor quando a fiscalização do contrato, justificadamente, assim o exigir;

17.1.3. Fornecer equipamentos necessários, armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos postos, devendo apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos Registro das armas que serão utilizadas pelos vigilantes.

17.1.4. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Administração.

17.1.5. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, inclusive para atender eventuais acréscimos solicitados pelo Contratante, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao posto de trabalho. As faltas não repostas, sejam quais forem os períodos ou motivos, serão abatidas do valor pago mensalmente, independente de outras penalidades contratuais. O cálculo para desconto das faltas será conforme cláusula IV abaixo;

17.1.6. Em caso de falta ou não prestação dos serviços, será aplicado desconto conforme o disposto a seguir: valor mensal do posto de trabalho multiplicado por 12 (doze), dividido por 365,25 (trezentos e sessenta e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos), multiplicado pelo número de dias em que o serviço deixou de ser prestado, independentemente da aplicação de penalidades;

17.1.7. Substituir em 24 horas, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços;

17.1.8. Selecionar e preparar rigorosamente o empregado que irá prestar os serviços, com idade com idade não inferior a 21 (vinte um) anos, para a perfeita execução dos serviços continuados para os postos objeto do contrato;

17.1.9. Fornecer mão de obra capacitada, comprovando a formação técnica específica por meio de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida.

17.1.10. Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;

17.1.11. Manter seu pessoal identificado com crachá, a cargo da Contratada, que deverá conter foto, nome completo, empresa prestadora, bem como instruí-los a apresentar-se ao trabalho obedecendo às regras de higiene e asseio;

17.1.12. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a prestação dos serviços;

17.1.13. Elaborar um plano de férias, em até 30 dias após o início da vigência do contrato, onde constará o nome do funcionário, a data prevista para início e término de suas férias. Ressalta-se que o substituto deverá se apresentar em um dia útil que antecede o gozo das férias do funcionário, para que as informações referentes ao desempenho da atividade sejam repassadas, e que os custos relativos a este dia deverão estar incluídos na proposta. Em caso de modificação das datas previstas, as mesmas deverão ser informadas, com antecedência mínima de 10 dias, devidamente justificadas, por escrito, sendo atualizado o plano de férias;

17.1.14. Orientar seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da Contratada, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização do Contratante e liberação no posto de vigilância da mesma;

17.1.15. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de

28.11.67. A inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

17.1.16. Fornecer aos seus empregados vale transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

17.1.17. Os salários para cada categoria deverão ter como piso o resultado do acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho, entre o sindicato patronal e de trabalhadores;

17.1.18. O Vale Alimentação deverá obedecer aos valores acordados no acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

17.1.19. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

17.1.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

17.1.21. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

17.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

17.1.23. Prever toda a mão de obra necessária para garantir a perfeita execução dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

17.1.24. Respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);

17.1.25. Efetuar o pagamento de seus funcionários, através de rede bancária, via depósito bancário, a fim de evitar interrupções na prestação dos serviços, bem como possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante;

17.1.26. Manter atualizado o seu cadastro no SICAF;

17.1.27. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do contrato;

17.1.28. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;

17.1.29. Relatar à Fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;

17.1.30. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

17.1.31. Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato;

17.1.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;

17.1.33. Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, realizando, as suas expensas, os exames médicos e complementares, na forma do Decreto-Lei n. 5.452/43, tanto na admissão de seus empregados e durante a vigência do contrato de trabalho, mantendo em seu poder os respectivos comprovantes para verificação pela contratante, quando solicitado;

17.1.34. Providenciar, as suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico aos seus empregados designados à execução dos serviços contratados, em caso de doença, acidente de trabalho ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza;

17.1.35. Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da Contratada ou de quem em seu nome agir;

17.1.36. Responsabilizar-se pela conduta do empregado que for incompatível com as normas do Contratante, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;

17.1.37. Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas do Contratante, sob pena de se constituir em inadimplência contratual;

17.1.38. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

17.1.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pelo Contratante, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- 17.1.40.** Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor custo;
- 17.1.41.** Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, por meio manual, mecânico, ou eletrônico;
- 17.1.42.** Nomear um preposto(a) para atuar perante o contratante durante a execução do contrato, orientando a execução dos serviços, bem como manter contato com a Fiscalização do contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93.
- 17.1.43.** A indicação da (o) preposta (o) deverá ser realizada até a data fixada para início da execução dos serviços, devendo ser fornecido número telefônico fixo ou móvel e endereço de correio eletrônico, objetivando a comunicação por parte da fiscalização no que tange aos serviços contratados;
- 17.1.44. Possuir sede, filial ou instalações/escritório no município de Campo Grande/MS,** cuja comprovação deverá ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de contrato (tal exigência se faz em razão de a principal base territorial de prestação dos serviços ser o município de Campo Grande/MS, e visa, dentre outros, viabilizar melhor execução contratual, reduzir custos relativos aos contatos entre o contratante e a contratada – interurbanos e correspondências, por exemplo – e, também, relativos ao envio de materiais a serem fornecidos pela contratada);
- a) A comprovação de atendimento às exigências desta alínea consistirá na apresentação de contrato social, alvará de funcionamento ou outro documento que indique estar a empresa ou sua filial/escritório, instalada no município de Campo Grande, facultada ao TRE/MS a realização de visita ao local indicado para verificação das instalações da empresa.
- 17.1.45.** Apresentar ao Contratante, quando requerida, toda a documentação necessária à comprovação de atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.
- 17.1.46.** Zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI (Equipamento de Proteção Individual), quando for o caso;
- 17.1.47.** Orientar e instruir os seus empregados quanto ao cumprimento dos horários de trabalho fixados pelo Contratante, das atribuições de cada posto de trabalho e das normas gerais de conduta, especialmente, as descritas na Cláusula 3.2.17.;
- 17.1.48.** Dar conhecimento prévio à Fiscalização do Contrato quanto às alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias;
- 17.1.49.** Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- 17.1.50.** Tomar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
- 17.1.51.** Fornecer número telefônico fixo ou móvel, fax e e-mail, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;
- 17.1.52.** Providenciar e manter permanentemente atualizado, um Livro de Ocorrências composto de duas partes com as seguintes finalidades:
- a) na segunda parte serão obrigatoriamente registradas, pelo Contratante, as orientações dadas, as respostas às consultas formuladas pela Contratada, o juízo formal sobre o andamento dos serviços, a qualidade da execução e as suas determinações;
- b) na primeira parte serão obrigatoriamente registradas pela Contratada, as ocorrências observadas na execução dos serviços, as respostas às consultas formuladas pelo Contratante e as soluções adotadas quanto às determinações recebidas;
- c) Inspeccionar a execução dos serviços;
- d) Acompanhar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, registrando as ocorrências havidas;
- e) Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações do encarregado, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- f) Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;
- g) Receber as observações da Fiscalização, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;

f) Reportar-se à Fiscalização quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

17.1.53. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. O acompanhamento, a fiscalização e orientação dos serviços ficarão a cargo de servidor lotado no Núcleo de Segurança Institucional (NSI), devidamente designado por Portaria da Direção Geral do TRE/MS.

18.2. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

18.3. A fiscalização dos serviços seguirá as diretrizes dispostas na Resolução TSE n.º 23.702/2022.

18.4. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa ou pessoa física contratada;

18.5. A fiscalização anotará em registro próprio as falhas detectadas e demais informações que julgar conveniente, emitindo as respectivas Ordens de Serviço (O.S) ou Ofícios, encaminhados por meio de correio eletrônico;

18.6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do Ofício ou Ordem de Serviço.

18.7. A execução dos serviços será constantemente monitorada pela fiscalização, devendo seguir os seguintes procedimentos:

18.8. FISCALIZAÇÃO INICIAL (NO MOMENTO DO INÍCIO DO CONTRATO):

a) Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo firmado. Tal planilha conterá todos os empregados terceirizados que prestarão serviços, constando as seguintes informações: nome completo do terceirizado, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências;

b) Conferir se o terceirizado disponibilizado pela contratada atende à qualificação mínima exigida (cláusula 10 do Capítulo IV);

c) Conferir todas as anotações na (s) Carteira (s) de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do(s) empregado (s), e verificar se ela (s) coincide(m) com o informado pela empresa e pelo (s) empregado(s). Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

d) O número de terceirizado (s) deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

e) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), o qual foi pactuado quando da contratação;

f) Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a empresa terceirizada (por exemplo, se o (s) empregado (s) têm direito a auxílio-alimentação gratuito);

g) Realizar reunião de alinhamento com representante legal da contratada e/ou preposto, de forma a esclarecer os principais aspectos da execução contratual e repasse das exigências quanto às normas gerais de conduta previstas neste Termo de Referência.

18.9. FISCALIZAÇÃO MENSAL (A SER FEITA ANTES DO PAGAMENTO DA FATURA/NOTA FISCAL)

a) Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, ocorrências;

b) Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas efetivamente trabalhados. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto do empregado (s) por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura, salvo hipótese de compensação de horas;

c) Exigir da empresa, para cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela contratada que alocam seus empregados nas dependências da contratante, as

seguintes comprovações:

- c.1) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;
- c.2) cópia do comprovante de recolhimento mensal do FGTS, referente ao mês anterior, caso o Tribunal não esteja efetuando os depósitos diretamente na conta vinculada do FGTS do trabalhador, conforme estabelecido no contrato;
- c.3) comprovante de pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- c.4) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabível;
- c.5) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- c.6) comprovante do cumprimento da convenção, do acordo coletivo ou da sentença normativa; e
- c.7) demais obrigações dispostas em outras normas em relação aos empregados vinculados ao contrato.

18.10. FISCALIZAÇÃO DIÁRIA

- a) Conferir, todos os dias, qual (is) empregado (s) terceirizado (s) esta (ão) prestando serviços. Fazer o acompanhamento com a planilha- mensal;
- b) Verificar se o (s) empregado (s) esta (ão) cumprindo à risca a jornada de trabalho. Deve-se combinar com a empresa a forma da compensação de jornada;
- c) Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

18.11. FISCALIZAÇÃO ESPECIAL

- a) Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). O (s) reajuste (s) do (s) empregado (s) deve (m) ser obrigatoriamente concedido (s) pela contratada no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial);
- b) Controle de férias e licenças do (s) empregado (s) na planilha-resumo;
- c) A empresa deve respeitar as estabilidade provisórias de seu (s) empregado (s) (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

18.12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PERTINENTES À FISCALIZAÇÃO

- a) Distribuir as funções e tarefas aos terceirizados;
- b) Acompanhar e orientar os serviços desenvolvidos nos postos de trabalho;
- c) Acompanhar o comportamento e assiduidade dos terceirizados;
- d) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização;
- e) Recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas neste termo;
- f) A contratada deverá disponibilizar à fiscalização todas as informações referentes ao controle da frequência e da jornada de trabalho, com devido registro dos dias e horários trabalhados (folha de frequência), considerando cada um dos empregados da contratada que atuaram no mês específico, mesmo de funcionário que atuar por apenas 1 dia na contratação;
- g) Obedecer a todas as orientações deste Termo de Referência e do Contrato, e manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, controle de frequência e de horários dos funcionários da contratada que atuarão no posto de serviço, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES

19.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

19.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

19.3. Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

- a) de **0,05%** (meio décimo por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, devido a **falha na comunicação** entre a contratada e o TRE/MS, **decorrente da falta de acesso diário do endereço eletrônico**;
- b) de multa de **0,2%** (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), **na entrega da garantia contratual**, nos termos e prazos estipulados neste Contrato.
 - b.1. No caso de não prestação da garantia, a conduta será passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- c) de **0,1%** (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 3% (três por cento) por **atraso ou ausência na abertura de conta vinculada**;
- d) de **1%** (um por cento) por dia de **atraso no início dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias, sendo, após esse prazo, caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- e) de **3%** (três por cento) por dia de **suspensão/paralisação em um dos postos de serviços**, calculado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 3 dias. Após o terceiro dia a multa diária passará a 4% até o quinto dia e, após o quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- f) de **5%** (cinco por cento), por ocorrência, por **atraso na reposição de equipamento ou uniforme** requisitado pela fiscalização.
- g) de **10%** (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, após transcorrido 7 dias da comunicação para **comprovação da quitação das obrigações trabalhistas ou fiscais ou não recolhimento das contribuições sociais, FGTS**, e, após o trigésimo dia, multa de 15% sobre o valor mensal, sem prejuízo da aplicação de penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e rescisão contratual a critério da Administração.
- h) de **10%** (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, caso a contratada **deixe de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, encargos fiscais e sociais de seus empregados nas datas avençadas**, e, após o trigésimo dia, multa de 15% sobre o valor mensal, sem prejuízo da aplicação de penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e rescisão contratual a critério da Administração.
- i) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não queira assinar qualquer termo** de alteração ou aditivo que seja considerado **obrigatório**, na forma prevista em Lei;
- j) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e do encaminhamento do documento imprescindível** para pagamento;
- k) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização, sem prejuízo das glosas previstas no Instrumento de Medição de Resultados.
- l) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

19.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

19.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

19.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 19.3.2 e 19.3.3 abaixo.

19.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

19.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa:

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

19.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

19.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

19.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato.

19.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

19.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

19.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

19.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

19.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 16.5.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

20.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

d) Judicial, nos termos da legislação vigente.

20.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

20.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.5. A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Instrumento e em Lei, até a completa indenização dos danos.

20.6. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos especificados no artigo 65, da Lei 8.666/93.

20.7. Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE

21.1. A contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de aplicação de penalidades.

21.1.1. A contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

22.1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

22.3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

22.4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

22.5. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

22.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

22.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

22.8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

22.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de

proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

22.10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

22.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

22.12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS

23.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Resolução n. 23.234/2010-TSE, de 25.03.2010, da Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Instrução Normativa n.º 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão, bem como Convenção Coletiva de Trabalho pertinente ao objeto licitado, pelo Termo de Referência anexo a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

23.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

24.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida.

24.2.1. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, na data da assinatura eletrônica.

Hardy Waldschmidt

Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante legal da empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 09/01/2023, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1374177** e o código CRC **4B483E86**.

0004704-07.2022.6.12.8000

1374177v2